

CORREIO POLÍTICO

Antonio Augusto/STF



As atuais dez ilhas do STF estão cada vez mais isoladas

As dez ilhas do STF já não formam um arquipélago

O advogado e analista político Melillo Dinis costuma classificar o Supremo Tribunal Federal (STF) como “um conjunto de onze ilhas que de vez em quando formam um arquipélago”. Atualmente, o Supremo está somente com dez ministros. Melillo lá esteve na semana passada. Ele é advogado do Instituto Kabu, que representa o povo kaiapó e agora está na causa em torno da Ferrogrão. E sentiu o clima pesado. “O arquipélago faleceu. Se as ilhas pareciam se unir de vez em quando, neste momento isso não existe mais”, observa. A crise do Master elevou de tal forma a temperatura que agora os ministros parecem exercer como nunca suas individualidades. Sempre foram ilhas; agora, tornaram-se muito mais.

Mesmo alianças foram rompidas

Há alguma saída para essa situação? “Não tem saída”, avalia Melillo. “Só tensão e tentação”. A forma como a ministra Carmen Lúcia, que é presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sentiu-se agredida com as críticas que foram feitas à decisão da Justiça Eleitoral quanto à forma como conduziu a questão das eleições para governador-tampão do Rio de Janeiro quebrou uma aliança que havia, especialmente na Primeira Turma.

Reação corporativa tardia

O atual momento isola Cármen Lúcia e o presidente do STF, Edson Fachin, a partir de sua ideia de criação de um código de ética para os magistrados. Em outros tempos, muito provavelmente o relatório apresentado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE) pedindo o indiciamento de três ministros do STF – Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Gimar Mendes – uniria imediatamente os demais numa resposta corporativa da Corte. A nota de repúdio do presidente do STF, Edson Fachin, só foi divulgada já na noite de terça.



Livro de 1996 já discutia reforma do Judiciário

Levou 30 anos para estourar

O que acontece é que, no íntimo, há hoje reprovação dentro da Suprema Corte à forma como alguns ministros se comportam. A farra das caronas de jatinhos e festas constrange quem não participa disso e gera reação dos demais. A verdade é que a crise que estoura agora já era algo percebido há 30 anos. Em 1996, Melillo foi um dos organizadores de um livro sobre o tema.

POR
RUDOLFO LAGO

Mandato

O livro foi publicado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com artigos que discutiam a necessidade de uma profunda reforma do Judiciário. Se chama “Ética, Justiça e Direito – Reflexões sobre a Reforma do Judiciário”. E já defendia que os ministros deveriam passar a ter mandato.

Indicação

Melillo defendia mandato de dez anos. PEC do deputado Luciano Ducci (PSB-PR), como mostramos aqui no Correio Político, propõe 12 anos. Hoje, um ministro pode ficar até 40 anos no STF. Outro ponto que os textos do livro de 1996 já discutia era a forma de indicação dos ministros.

Listas

Hoje, são indicados somente pelo presidente da República com aprovação e sabatina do Senado. É outro ponto abordado na PEC de Ducci: um modelo de indicação compartilhada entre os poderes e com nomes escolhidos a partir de uma lista tríplice produzida por ainda outras instituições.

Código de ética

Entre os pontos que já eram discutidos no livro da CNBB de 1996 estava também a criação de um código de ética e conduta para os senhores supremos. O ponto que hoje mais gera as desavenças na Corte. Reações que vêm – o que, é claro, não surpreende – mais exatamente daqueles que mais têm hoje questionadas certas atitudes suas.

CNJ

Uma proposta ali discutida concretizou-se: a criação de um espaço de controle da atividade jurídica, uma espécie de controladoria da Justiça. Tal instrumento foi criado. É o atual Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem essa tarefa de controle e acompanhamento. Mas que no próprio STF dificilmente toca.

Reestruturação

E já propunha também uma reestruturação da Justiça, talvez com a criação de novas instâncias. Hoje, o STF está entupido de julgamentos de temas coletivos que não exatamente constitucionais. A forma como virou tribunal penal por conta das prerrogativas de foro é outro ponto que atíça as vaidades.



Guimarães tomou posse com ampla presença do Centrão

Centrão vai em peso à posse de José Guimarães

Presidentes da Câmara e do Senado mandam recados

Por Gabriela Gallo

O deputado federal José Guimarães (PT-CE) tomou posse como novo secretário de Relações Institucionais da Presidência em cerimônia no Palácio do Planalto nesta terça-feira (14). O ex-líder do governo na Câmara dos Deputados assume no lugar de Gleisi Hoffmann, que deixou o governo no começo do mês para lançar sua candidatura ao Senado pelo Paraná. Para assumir o cargo, Guimarães abriu mão de disputar uma vaga ao Senado Federal pelo Ceará.

Como adiantado pelo Correio Político, a posse de Guimarães visa garantir uma maior mobilização e articulação de cerca de 30% do eleitorado de centro que não tem se inclina no momento nem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nem pelo filho mais velho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). E essa mobilização atrás do voto desse eleitor começa no Congresso Nacional, aproximando-se dos parlamentares do Centrão.

Em seu discurso de posse, Guimarães reiterou a importância do diálogo na construção de consenso no Parlamento. “Não tem governo que dê certo que não tenha diálogo com o Congresso Nacional, porque o Congresso faz parte da construção da democracia”, afirmou.

Estavam presentes na posse

do novo ministro os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), além de ampla gama de autoridades e políticos ligados ao Centrão. Ainda em seu discurso de posse, Guimarães se dirigiu diretamente aos presidentes de ambas as Casas do Congresso Nacional. “Davi Alcolumbre e Hugo Motta, vocês podem nos ajudar muito a construir as bases para nós derrotarmos a ultradireita, o fascismo e construirmos cada vez mais a democracia no Brasil”, ele destacou.

Apesar de elogiarem a indicação de Guimarães, tanto Alcolumbre quanto Motta aproveitaram seus discursos para mandarem recados para o governo. Em seu discurso, Alcolumbre disse que “está todo mundo passando dos limites institucionais que norteiam a boa convivência na relação republicana”, referindo-se a embates entre os poderes.

“Infelizmente, nos dias atuais está muito difícil fazer política com seriedade. Porque a todo instante, Hugo [Motta], as pessoas estão pensando em um processo eleitoral e efetivamente não estão pensando na vida das pessoas que precisam”, cutucou Alcolumbre.

Horas após a posse de José Guimarães, o presidente Lula sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026-2036, em cerimônia no Palácio do Planalto.